

INTERPELAÇÃO ORAL

O moral da maioria dos trabalhadores da Administração da Pública de Macau (APM), incluindo o pessoal das Forças de Segurança de Macau (FSM), é, neste momento, desde o estabelecimento da RAEM, há oito anos, a mais baixa de sempre.

Eis alguns, dos principais e muitos factores, que contribuem, para esta situação dolorosa, em que se encontram os trabalhadores da APM;

a) A eliminação da reforma e da pensão de sobrevivência, com efeitos negativos, principalmente, no pessoal das FSM, criou grande insegurança e instabilidade nos postos trabalho, prejudicando a possibilidade de usufruir de uma velhice tranquila.

O sistema de pensões, que vigorava em Macau, foi eliminado, para ser substituído por outro sistema, com muito menos garantias, com excepção para os novos magistrados do Ministério Público e juizes que continuam a beneficiar do regime das reformas e das pensões de sobrevivência.

b) A inexistência, de um sistema credível de responsabilização dos titulares dos principais cargos políticos, nomeadamente dos Secretários, que assumem todos os dias, muitas decisões administrativas, sem serem responsabilizados pelos seus erros e omissões.

c) Decisões tomadas por alguns Secretários, Chefes de Gabinete e alguns Dirigentes e Chefias, para serem executadas pelos trabalhadores, através de ordens transmitidas em “papelinhos amarelos”, “despachos a lápis” ou “despachos telefónicos” e “ordens verbais”, ou simplesmente, **devolvem as propostas e/ou informações sem despachos dos respectivos responsáveis, acima referidos, evitando e esquivando assim, que esses mesmos superiores hierárquicos tenham de assumir a responsabilidade dos seus actos.**

d) A continuada escandalosa exploração dos trabalhadores, através de **Contratos de Prestação de Serviços, Contratos de Aquisição de Serviços e de Contratos de Tarefas**, para execução de trabalhos de longa duração, que chegam a durar mais de dois anos, contradizendo o Princípio Geral de Boa Fé, pelo qual, se deve reger sempre a Administração Pública.

Muitas vezes, estes contratos são renovados, de seis em seis meses ou de três em três meses, mas durante a sua vigência, os trabalhadores não têm direito, a seguro contra acidentes em serviço, à assistência médica e medicamentosa, e aos demais direitos e regalias que assistem

高天賜立法議員

José Pereira Coutinho

aos seus colegas de trabalho, que exercem o mesmo tipo de funções, incluindo a negação ao direito à inscrição no regime de previdência e o Princípio de salário igual para trabalho igual.

e) A existência de muitos trabalhadores, em todas as categorias, com a estagnação prolongada nas carreiras, alguns, quase há completar, dezoito anos de trabalho efectivo, na mesma categoria, constituem, uma situação escandalosa e de maneira nenhuma aceitável.

f) Os baixos salários, do pessoal da linha de frente, nomeadamente os Auxiliares, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, Operários Qualificados e Semi-Qualificados, Fiscais, Condutores e os Agentes das FSM, quando comparados, com os salários dos trabalhadores das concessionárias dos jogos.

Assim, e face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto tempo mais, precisa o Governo, para resolver os problemas, acima referidos e cumprir as suas promessas, há muito feitas?
2. Que medidas, estão a ser adoptadas, para elevar o baixo moral, da maioria dos trabalhadores da Administração Pública de Macau (APM)?
3. Que medidas vão ser tomadas para que a “**COMPETÊNCIA**” seja uma das principais qualidades para a prestação de “serviços públicos de qualidade” a todos os residentes e não residentes de Macau?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau a
16 de Janeiro de 2008.**



José Pereira Coutinho